



Processo nº	19515.002916/2004-64
Recurso	Voluntário
Acórdão nº	2301-009.990 – 2ª Seção de Julgamento / 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de	6 de outubro de 2022
Recorrente	THOMAS RUDOLPH STEIN
Interessado	FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)

Ano-calendário: 1999, 2000, 2001, 2002

DESPESAS COM INSTRUÇÃO. DEDUÇÃO NA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL.

Podem ser deduzidas na Declaração de Ajuste Anual as despesas com instrução do próprio contribuinte, de seus dependentes, e de seus alimentandos, quando realizadas em virtude de cumprimento de decisão judicial ou de acordo homologado judicialmente, até o limite anual individual previsto na legislação de regência.

INCONSTITUCIONALIDADE. SÚMULA CARF N° 02.

O CARF não é competente para se pronunciar sobre a constitucionalidade de lei tributária.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em conhecer, em parte, do Recurso, não conhecendo das alegações de inconstitucionalidade (Súmula Carf n° 2) e, na parte conhecida, em negar-lhe provimento.

(documento assinado digitalmente)

João Maurício Vital - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Mônica Renata Mello Ferreira Stoll - Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Mônica Renata Mello Ferreira Stoll, Wesley Rocha, Cláudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Montez (suplente convocada), Fernanda Melo Leal, Mauricio Dalri Timm do Valle, João Mauricio Vital (Presidente). Ausente a conselheira Flávia Lilian Selmer Dias, substituída pela conselheira Cláudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Montez.

Relatório

Trata-se de Auto de Infração (e-fls. 283/299) lavrado em nome do sujeito passivo acima identificado, relativo ao Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF dos anos calendário 1999 a 2002. O Lançamento decorre da apuração de Dedução Indevida de Dependente, Dedução Indevida de Despesas Médicas, Dedução Indevida de Despesa com Instrução, Dedução Indevida de Previdência Privada e Fapi e Dedução Indevida de Imposto com Doações aos Fundos da Criança e do Adolescente, conforme detalhado no Termo de Verificação Fiscal (fls. 277/281).

O Lançamento foi julgado Procedente em Parte pela 3^a Turma da DRJ/SPOII em decisão assim ementada (e-fls. 1255/1262):

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

Exercício: 2000, 2001, 2002, 2003

DEDUÇÕES DA BASE DE CÁLCULO DO IRPF.

Glosas.

As deduções da base de cálculo do tributo devem ser feitas em total observância à legislação tributária pertinente à matéria e comprovadas com base em documentação hábil e idônea.

Cientificado do acórdão de primeira instância em 16/10/2008 (e-fls. 981), o interessado interpôs Recurso Voluntário em 17/11/2008 (e-fls. 983/995) apresentando breve relato dos fatos processuais e alegando, em apertada síntese, que a limitação imposta pelo Colegiado a quo à dedução de gastos com instrução é injusta, ilegal e inconstitucional.

Voto

Conselheira Mônica Renata Ferreira Stoll - Relatora

O Recurso Voluntário é tempestivo, contudo, deve ser parcialmente conhecido.

No que concerne à alegação de ilegalidade da limitação à dedução de despesas com instrução, deve-se esclarecer ao contribuinte que a decisão de primeira instância está em conformidade com os preceitos estabelecidos pelo art. 81 do Decreto nº 3.000/99 (Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99), que tem como base o art. 8º, II, b, da Lei nº 9.250/95.

Relevante mencionar que a atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, nos termos do art. 142 do Código Tributário Nacional, não cabendo discussão sobre a aplicabilidade das determinações legais vigentes por parte das autoridades fiscais.

Quanto à discussão sobre a constitucionalidade dos dispositivos legais, aplica-se entendimento consolidado na Súmula CARF nº 2, de observância obrigatória por seus Conselheiros:

O CARF não é competente para se pronunciar sobre a constitucionalidade de lei tributária.

Pelo exposto, voto por conhecer parcialmente do Recurso Voluntário, não conhecendo da alegação de constitucionalidade, e, na parte conhecida, negar-lhe provimento.

(documento assinado digitalmente)

Mônica Renata Ferreira Stoll